

RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO DE 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1. Apresentação
2. Introdução
3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei orçamentária
4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial
5. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em Restos a Pagar
6. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal
7. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino com a especificação dos índices alcançados
8. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde com a especificação dos índices alcançados
9. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos
10. Observância do repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo do município
11. Aplicação dos recursos públicos realizada por entidades de direito privado
12. Medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado
13. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento
14. Cumprimento, da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas do Municípios (SICOM), nos termos do parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCE-MG
15. Parecer Conclusivo
16. Pronunciamento do gestor

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

1. APRESENTAÇÃO

Este relatório de controle interno tem o objetivo de levar ao conhecimento da sociedade, informações simplificadas sobre as metas, prioridades e as ações do governo municipal programadas para o exercício de 2016.

Elaborado de forma a atender o disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, o § 3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008 e o anexo 1 da Instrução Normativa nº 04/2016 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Ressaltando os esforços da atual administração em atender as demandas da legislação, compatibilizando os reduzidos recursos arrecadados às demandas da comunidade local, constatamos um aprimoramento nos resultados da gestão, bem como a observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

O controle interno atuou preventivamente e concomitantemente no exercício financeiro, de forma a promover operações ordenadas, econômicas, eficientes e efetivas e a qualidade dos serviços em consonância com os objetivos da administração.

Neste processo de controle constatamos também que a administração procurou assegurar o cumprimento de leis, regulamentos e diretrizes da administração, de modo a proteger o ativo e assegurar a legitimidade do passivo, assegurando a exatidão, a confiabilidade, a integridade dos dados contábeis, bem como dos relatórios financeiros e administrativos apresentados na Prestação de Contas do exercício de 2016.

2. INTRODUÇÃO

Na elaboração deste relatório de controle interno, procuramos dar destaque ao processo de planejamento e acompanhamento das metas e prioridades da administração municipal, de modo a permitir o conhecimento das avaliações que reflitam a real situação da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do município.

Na avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei Orçamentária, procuramos evidenciar a capacidade de concretização dos programas previstos, sem, contudo, deixar de mostrar à sociedade os programas não realizados.

Na avaliação dos resultados quanto à eficiência e à eficácia da gestão, orçamentária, financeira e patrimonial, o controle interno procurou evidenciar os respectivos balanços, fazendo as observações e/ou considerações nas demonstrações dos resultados obtidos.

Os limites e condições para a realização da despesa com pessoal foram analisados de modo a apurar os percentuais permitidos pela Lei de

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Responsabilidade Fiscal.

Quanto à aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde, levamos em consideração, os percentuais mínimos e obrigatórios para os gastos e os benefícios destes em prol da comunidade.

Na análise da destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos e no repasse ao Poder Legislativo, evidenciamos a legalidade como parâmetro de efetivação de despesas conforme dispõe a Lei Complementar nº 101/2000 e a Constituição Federal.

Na verificação da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado, foram verificadas as prestações de contas relativas aos convênios realizados e a correta utilização dos recursos pelas referidas entidades.

Quanto às medidas adotadas para proteger o patrimônio público, em especial o ativo imobilizado e quanto à participação do município em consórcio público, ressaltamos que a administração procurou compatibilizar estes itens às demandas da legislação pertinente ao assunto.

E por fim, quanto ao cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM), constatamos que os responsáveis procuraram cumprir as determinações do TCE-MG pertinente ao assunto.

3. AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL E NA LEI ORÇAMENTÁRIA

O controle interno realizou um acompanhamento permanente das ações de governo, avaliando o cumprimento de metas previstas no PPA e os resultados obtidos na execução da lei orçamentária do exercício de 2016.

Para a implantação dos programas e realização de obras, o município utilizou os recursos obtidos da arrecadação tributária municipal, transferências voluntárias e demais transferências constitucionais.

Várias obras estão ainda em andamento, outras foram concretizadas durante este exercício financeiro e as demais metas traçadas aguardam liberação de recursos de convênios.

O Plano Plurianual propõe ações voltadas para o desenvolvimento do município. Sua linha de atuação prevê a implantação de programas de ação continuada e ainda a coordenação de programas prioritários tais como, saúde, educação, assistência social e outros.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Destacamos a realização das seguintes metas previstas no PPA:

AÇÕES PREVISTAS	METAS ATINGIDAS
Manutenção de Convênio com Tribunal de Justiça	7.917,08
Manutenção de convênio com Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	20.000,41
Manutenção de convênio com a Polícia Militar	39.235,13
Manutenção das Associações e Entidades Congêneres	49.730,80
Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes para a Saúde – Investimento na Rede	93.860,40
Convênio Municipal de Saúde – CISAJE	86.729,62
Convênio Municipal Transporte em Saúde – CISAJE	73.000,00
Construção/Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Zona Rural	15.712,43
Construção/Ampliação do Sistema de Abastecimento de Água na Sede	186.567,97
Construção/Ampliação e Reforma de Prédios Escolares – FUNDEB	16.772,25
Construção/Ampliação e Reforma de Prédios Escolares – Educação Básica	5.829,27
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Educação Básica	11.062,00
Construção/Ampliação de calçamento, pavimentação asfáltica e recapagem etc	610.526,85
Aquisição de Equipamentos e Máquinas Agrícolas	122.916,00
Manutenção de Convênio Firmado com a Emater	41.425,68
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para o Programa Bolsa Família	17.734,00
Aquisição de Equipamentos e Material Permanente para a Assistência Social	10.621,00
Concessão de Benefícios Eventuais	16.640,00
Manutenção do Abrigo	47.190,94
Gestão do Sistema Único da Assistência Social – SUAS	2.721,45
Gestão do Programa Bolsa Família	24.012,42
Manutenção das Atividades da Assistência Social Geral	177.609,88
Manutenção das Atividades do Conselho Tutelar	72.936,23
TOTAL DE METAS ATINGIDAS	1.659.595,33

4. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTO À EFICIÊNCIA E À EFICÁCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL

4.1 – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Planejamento e controle orçamentário:

O orçamento municipal foi elaborado de forma a evidenciar as necessidades do município, dando ênfase à educação, saúde e assistência social.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Na execução orçamentária, a administração procurou através de ações planejadas e transparentes diminuir as despesas de custeio, a fim de corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas municipais, e a partir destas reduções, cumprir os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As prioridades que o orçamento contempla são as mesmas reivindicadas pela população, tornando-a responsável pelo pagamento de tributos e pela fiscalização das realizações.

Lei orçamentária anual:

A Lei Orçamentária Anual nº 730 de 23 de dezembro de 2015, para o exercício de 2016, estima a receita e fixa a despesa em R\$ 15.000.000,00.

O Executivo procurou cumprir as propostas e compromissos para com a população, contidas no orçamento do exercício de 2016.

A receita orçamentária foi de R\$ 13.334.606,39.

A despesa orçamentária realizada foi de R\$ 12.710.844,88.

Os créditos suplementares abertos no exercício respeitaram o limite de 15% das despesas previstas, de acordo com o art. 7º da Lei nº. 4.320/64 e de acordo com o art. 4º da Lei Orçamentária Anual Nº 730 de 23/12/2015 e mais 15% e 1,5% de acordo com as Leis de Autorização de Crédito Suplementar Nº 748 de 19/09/2016 e Nº 753 de 30/12/2016, respectivamente.

Constatamos suplementações no valor de R\$ 4.556.085,47, que representam 30,3739% da despesa fixada.

Não houve abertura de créditos especiais no exercício de 2016.

Os empenhos foram emitidos em ordem cronológica.

Na medida em que houve necessidade, foram emitidos decretos para suplementação de dotações orçamentárias conforme demonstrado:

CRÉDITO SUPLEMENTAR			
PODER EXECUTIVO			
LEI MUNICIPAL		DECRETO MUNICIPAL	
Nº	VALOR AUTORIZADO	Nº - DATA	VALOR ABERTURA R\$
730/2015	2.250.000,00	001 – 04/01/16	379.150,00
		002 – 01/02/16	12.550,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

		003 – 02/03/16	72.150,00
		004 – 01/04/16	661.746,46
		005 – 02/05/16	190.000,00
		006 – 01/06/16	206.500,00
		007 – 01/07/16	398.378,61
		008 – 01/08/16	243.674,17
SUB-TOTAL			2.164.149,24
748/2016	2.250.000,00	009 – 01/09/16	721.366,91
		010 – 03/10/16	488.382,90
		011 – 01/11/16	391.847,23
		012 – 01/12/16	698.827,14
748/2016	121.706,85	013 – 01/12/16	35.426,58
Legislativo	Legislativo		
SUB-TOTAL			2.335.850,76
753/2016	225.000,00	014 – 26/12/16	56.085,47
SUB-TOTAL			56.085,47
VALOR TOTAL			4.556.085,47

Demonstração contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE			
FECHAMENTO			
Balanco Orçamentário		Exercício: 2016	
Anexo XII - Lei 4320/64		Pág.: 1	
		Dezembro / 2016	
RECEITAS	PREVISÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Receitas Correntes	13.381.250,00	13.849.010,20	467.760,20
Receita Tributária	324.300,00	417.445,21	93.145,21
Receitas de Contribuições	80.000,00	92.245,99	12.245,99
Receita Patrimonial	122.750,00	124.118,68	1.368,68
Receita de Serviços	23.000,00	20.919,56	-2.080,44
Transferências Correntes	12.772.200,00	13.124.963,85	352.763,85
Outras Receitas Correntes	59.000,00	69.316,91	10.316,91
Receitas de Capital	3.456.650,00	1.429.176,91	-2.027.473,09
Operações de Crédito	400.000,00	494.962,52	94.962,52
Alienação de Bens	50.000,00		-50.000,00
Transferências de Capital	3.006.650,00	934.214,39	-2.072.435,61
Deduções da Receita	1.837.900,00	1.943.580,72	105.680,72
RENÚNCIA DA RECEITA	12.000,00	27.750,81	15.750,81
FUNDEB	1.825.900,00	1.915.829,91	89.929,91
Soma:	15.000.000,00	13.334.606,39	1.665.393,61
Déficits:		174.251,52	174.251,52
TOTAL GERAL:	15.000.000,00	13.508.857,91	-1.491.142,09
DESPESAS	FIXAÇÃO	EXECUÇÃO	DIFERENÇAS
Créditos Orçamentários/Suplementares	15.000.000,00	14.157.199,59	-842.800,41
Despesas Correntes	11.984.635,54	11.318.096,11	-666.539,43
Pessoal e Encargos Sociais	6.393.392,46	6.287.537,20	-105.855,26
Juros e Encargos da Dívida			
Outras Despesas Correntes	5.591.243,08	5.030.558,91	-560.684,17
Despesas de Capital	2.985.364,46	2.839.103,48	-146.260,98
Investimentos	2.793.797,96	2.656.988,07	-136.809,89
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida	191.566,50	182.115,41	-9.451,09
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	30.000,00		-30.000,00
Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	30.000,00		-30.000,00
Créditos Especiais			
Créditos Extraordinários			
Soma:	15.000.000,00	14.157.199,59	-842.800,41

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Considerações: Nesta demonstração constatamos que o município arrecadou 88,90% da receita prevista e executou 84,73% da despesa fixada, destacando em relação à despesa executada, aplicações de R\$2.656.988,07 de capital em investimentos a partir de convênios e programas para infra-estrutura e custeio para o município, o que demonstrou uma gestão responsável, pois atendeu os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar 101/00, de não gastar mais que os recursos arrecadados, provas disso é o superávit apurado.

Dos programas inicialmente inseridos no orçamento, uns não foram executados pela falta de recursos financeiros e outros foram substituídos para atender as prioridades e necessidades da sociedade. Assim, consideramos que a execução orçamentária atendeu as determinações legais, atingindo as metas e diretrizes previstas no planejamento.

4.2 - GESTÃO FINANCEIRA


1. Na tesouraria há controle de arrecadação de tributos através de sistema informatizado;
2. O controle diário é feito através de boletim de caixa, demonstrativo de numerário e livro tesouraria;
3. Os extratos bancários são conciliados diariamente;
4. Os pagamentos são realizados através de transferências bancárias e quando há emissão de cheques, estes são emitidos com cópia;
5. Quando há recebimento de cheques pelo serviço de tesouraria, estes são cruzados imediatamente;
6. Os saldos de tesouraria são cruzados diariamente com os saldos da contabilidade;
7. Há conta bancária específica para cada convênio.

Demonstração contábil:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE		Exercício: 2016	
FECHAMENTO		Pág.: 1	
Balanco Financeiro		Emissão em:29/3/2017 às:58	
Anexo XIII - Lei 4320/64		Dezembro / 2016	
RECEITA		DESPESA	
ORÇAMENTÁRIA E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	13.334.606,39	ORÇAMENTÁRIA E INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	14.157.199,59
RECEITAS CORRENTES	13.849.010,20	Legislativa	641.423,14
RECEITA TRIBUTÁRIA	417.445,21	Administrativa	2.109.382,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	92.245,99	Assistência Social	568.200,45
RECEITA PATRIMONIAL	124.118,68	Saúde	3.360.433,20
RECEITA AGROPECUÁRIA		Educação	2.255.008,86
RECEITA INDUSTRIAL		Cultura	433.426,69
RECEITA DE SERVIÇOS	20.919,56	Urbanismo	1.389.888,77
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.124.963,85	Saneamento	1.985.117,92
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	69.316,91	Gestão Ambiental	75.143,75
RECEITA DE CAPITAL	1.429.176,91	Agricultura	304.788,16
OPERAÇÃO DE CRÉDITO	494.962,52	Comércio e Serviços	33.175,05
ALIENAÇÃO DE BENS		Energia	181.508,97
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS		Transporte	658.180,08
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	934.214,39	Desporto e Lazer	66.336,91
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		Encargos Especiais	95.185,04
PERDA DE INVESTIMENTO	1.943.580,72	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	649.144,16
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	649.144,16	Transferências Financeiras Concedidas	649.144,16
Transferências Financeiras Recebidas	649.144,16	EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	1.809.503,35
EXTRA-ORÇAMENTÁRIA	2.785.352,93	Restos a Pagar(Pagto no Exercício)	812.098,63
Restos a Pagar(Contrapart. da despesa a pagar)	1.782.408,77	Serviços de Dívida a Pagar(Pagto)	997.404,72
Serviços da Div. a Pagar	1.002.944,16	Depósitos	
Depósitos		Débitos de Tesouraria	
Depósitos de Tesouraria		Outras Operações	
Outras Operações		Adiantamento Devedores Diversos	
Recebimento Devedores Diversos		SALDO EXERCÍCIO SEGUINTE	1.377.835,57
SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	1.222.598,95	Disponível	1.377.835,57
Disponível	1.222.598,95	Caixa	
Caixa		Bancos	829.567,47
Bancos	1.222.598,95	Banco Conta Movi.	829.567,47
Banco Conta Movi	747.436,04	Aplicação	

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE FECHAMENTO Balanço Financeiro Anexo XIII - Lei 4320/64		Exercício: 2016 Pag.: 2 Emissão em: 29/09/2017 às 9:58 Dezembro / 2016	
RECEITA		DESPESA	
Vinculado	475.162,91	Vinculado	548.268,10
TOTAL	17.991.702,43	TOTAL	17.993.682,67
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	7.039,20



Considerações: O Quadro de Apuração da receita e Despesa confere com o Balanço Financeiro e o saldo de caixa encontra-se devidamente comprovado pelo termo de conferência.

ATIVO FINANCEIRO

Bancos: Foram conferidos todos os extratos bancários com os ajustes nos termos de conciliação das contas bancárias.

O saldo no caixa é R\$ 0,00, conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e Termo de Conferência de Caixa arquivado na Prefeitura.

4.3. GESTÃO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial mostra a posição patrimonial da administração ao final do exercício, apresentando os bens, direitos e obrigações. No Ativo, apresenta o saldo das contas positivas, ou seja, relativas aos bens e direitos que órgão possui. E no Passivo, há a representação das contas na parte negativa. A análise contempla o balanço consolidado do Município.

Abaixo as seguintes demonstrações contábeis:

1 - Balanço Patrimonial evidenciando a posição patrimonial do município no final do período;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

2 – Demonstração das variações patrimoniais evidenciando as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício e o conseqüente resultado patrimonial apurado no exercício de 2016.

Demonstrações contábeis:

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE FECHAMENTO Balço Patrimonial Anexo XIV - Lei 4320/64		Exercício: 2016 Pág.: 1 Dezembro / 2016	
Ativo		Passivo	
Ativo Financeiro	1.443.103,30	Passivo Financeiro	2.090.874,47
Disponível	1.377.835,57	Restos a Pagar	2.030.117,62
Caixa		Serviços da Dívida a Pagar	
Bancos	829.567,47	Depósitos	60.756,85
Banco Conta Movi.	829.567,47	Débitos de Tesouraria	
Aplicação		Outras Operações	
Vinculado	548.268,10	Realizável	
Realizável	65.267,73	Passivo Permanente	3.687.246,05
AÇÕES DE CURTO PRAZO	6,72	PARCELAMENTO INSS	2.767.146,89
Devedores Diversos	65.259,01	FINANCIAMENTO BDMG SANEAMENTO Nº 185.110	351.683,78
Ativo Permanente	14.581.451,42	FINANCIAMENTO BDMG PAVIMENTAÇÃO Nº 214.733/2016	502.566,26
BEIS MOVEIS	8.824.101,33	FINANCIAMENTO CAMINHO DA ESCOLA - BDMG	
BEIS IMOVEIS	4.474.108,29	FINANCIAMENTO PROVIAS - BB	
BEIS DE NATUREZA INDUSTRIAL	1.022.318,70	PARCELAMENTO RECEITA FEDERAL - HABITE-SE	51.576,78
Créditos	260.923,10	PARCELAMENTO FEAM - EXECUÇÃO FISCAL	14.272,34
DÍVIDA ATIVA	201.933,51	Reservas Matemáticas	
VEREDADORES - RESTITUIÇÃO SUBSIDIO	58.989,59	Soma do Passivo Real	5.778.120,52
Valores Diversos		SALDO PATRIMONIAL	
Soma do Ativo Real	16.024.554,72	PATRIMONIO LIQUIDO	
SALDO PATRIMONIAL		Ativo Real Líquido	10.246.434,20
PATRIMONIO LIQUIDO		Soma	16.024.554,72
Passivo Real Descoberto		Passivo Compensado	
Soma	16.024.554,72	TOTAL GERAL	16.024.554,72
Ativo Compensado			
TOTAL GERAL	16.024.554,72		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE FECHAMENTO Demonstrações das Variações Patrimoniais Anexo XV - Lei 4320/64		Exercício: 2016 Pág.: 1 Dezembro / 2016	
Variações Ativas		Variações Passivas	
Resultantes Exec. Orçamentária	11.418.776,48	Resultantes Exec. Orçamentária	14.157.199,59
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	11.418.776,48	DESPESA ORÇAMENTÁRIA	14.157.199,59
Receitas Correntes	11.905.429,48	Despesas Correntes	11.318.096,11
Receitas Correntes	11.905.429,48	Pessoal e Encargos Sociais	6.287.537,20
Receita Tributária	417.445,21	Juros e Encargos da Dívida	
Receitas de Contribuições	92.245,99	Outras Despesas Correntes	5.030.558,91
Receita Patrimonial	124.118,68	Despesas de Capital	2.839.103,48
Receita Agropecuária		Investimentos	2.656.988,07
Receita Industrial		Inversões Financeiras	
Receita de Serviços	20.919,56	Amortização da Dívida	182.115,41
Transferências Correntes	13.124.963,85	Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
Outras Receitas Correntes	69.316,91	Reserva de Contingência ou Reserva do RPPS	
Receitas de Capital	1.429.176,91		
Receitas de Capital	1.429.176,91		
Operações de Crédito	494.962,52		
Alienação de Bens			
Amortização de Empréstimos			
Transferências de Capital	934.214,39		
Outras Receitas de Capital			
Receitas Correntes Intraorçamentárias (subst)			
Receitas Correntes Intraorçamentárias (subst)			
Receitas de Capital Intraorçamentárias (subst)			
Receitas de Capital Intraorçamentárias (subst)			
Deduções da Receita			
Deduções da Receita			
RENÚNCIA DA RECEITA			
RENÚNCIA DA RECEITA			
RENÚNCIA DA RECEITA - Receitas Correntes	27.750,81		
RENÚNCIA DA RECEITA - Receitas Correntes	27.750,81		
RENÚNCIA DA RECEITA - Receita Tributária	18.986,87		
RENÚNCIA DE RECEITA - Outras Receitas Corrent	8.763,94		



PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE		Exercício: 2016	
FECHAMENTO		Pag.: 2	
Demonstrações das Variações Patrimoniais		Emitido em: 20/03/2017 às 10:19	
Anexo XV - Lei 4320/64		Dezembro / 2016	
Variações Ativas		Variações Passivas	
Restituições (ao detalhar, acrescentar a rubr			
Restituições (ao detalhar, acrescentar a rubr			
Descontos Concedidos (ao detalhar, acrescenta			
Descontos Concedidos (ao detalhar, acrescenta			
FUNDEB			
FUNDEB			
FUNDEB - Receitas Correntes	1.915.829,91		
FUNDEB - Receitas Correntes	1.915.829,91		
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB -			
FUNDEB - Transferências Correntes	1.915.829,91		
Compensações (ao detalhar, acrescentar a rubr			
Compensações (ao detalhar, acrescentar a rubr			
Retificações (ao detalhar, acrescentar a rubr			
Retificações (ao detalhar, acrescentar a rubr			
Outras Deduções (ao detalhar, acrescentar a r			
Outras Deduções (ao detalhar, acrescentar a r			
MUTAÇÕES PATRIMONIAIS		MUTAÇÕES PATRIMONIAIS	
INDEPENDENTES DE EXEC. ORÇAMENTÁRIA		INDEPENDENTES DE EXEC. ORÇAMENTÁRIA	
RESULTADO PATRIMONIAL	11.418.776,48	RESULTADO PATRIMONIAL	14.157.199,59
Déficit Verificado	2.738.423,11	Superávit Verificado	
TOTAL GERAL	14.157.199,59	TOTAL GERAL	14.157.199,59



ATIVO PERMANENTE

Foram conferidas as incorporações que totalizam R\$ 1.388.272,81

Constatamos desincorporações no valor de R\$ 634.721,78 referentes a leilão de veículos realizado no exercício de 2016.

Contatamos que não houve bens a incorporar no exercício seguinte.

Os valores foram demonstrados corretamente no Demonstrativo de Bens Incorporados, juntamente com o Demonstrativo das Variações Patrimoniais e saldo de exercício anterior.

PASSIVO PERMANENTE

Dívida Fundada Interna: Os valores do Demonstrativo da Dívida Fundada Interna estão em conformidade com o Balanço Patrimonial.

Foi constatado o saldo total de R\$3.687.246,05, referentes às dívidas para com o INSS, BDMG, FEAM e Receita Federal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

5. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES PARA INSCRIÇÃO DE DESPESAS EM RESTOS A PAGAR

Foram inscritos em “Restos a Pagar” o valor de R\$ 1.782.408,77 e constatamos saldo das disponibilidades no valor de R\$ 1.377.885,57.

Considerações: Constatamos que o valor das disponibilidades financeiras é inferior ao valor inscrito em restos a pagar e recomendamos ao gestor um esforço no sentido de compatibilizar a execução das despesas dentro das possibilidades financeiras do município.

6. ANÁLISE DA OBSERVÂNCIA DOS LIMITES E CONDIÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA DESPESA COM PESSOAL

O Executivo teve o gasto com pessoal durante o exercício de 2016, de R\$5.821.897,11 que corresponde a 48,90% das receitas correntes líquidas do município, que foram de R\$11.905.429,48.

Constatamos que a despesa com pessoal está enquadrada nos limites previstos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

7. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO COM A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS

Aplicação de recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino:

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	384.067,73
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	10.167.021,42
(A) Total das Receitas	10.551.089,15
(B) Aplicação devida (art. 212 da CF/88) 25,00 %	2.637.772,29
(C) Valor da Aplicação Percentual Aplicado: 25,49%	2.689.147,93
(D) Diferença entre o valor aplicado e o limite constitucional: 0,49%	51.375,64

Considerações: Nos gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino, apuramos que de acordo com o disposto no artigo 212 da Constituição Federal, foi aplicado o percentual de 25,49%.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

FUNDEB

I - Recursos

Natureza da Receita	Valor
1724.01.00 - Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	921.450,63
1724.02.00 - Transferências de Recursos da Complementação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	
1325.01.02 - Receitas de Remuneração de Depósitos Bancários de Recursos Vinculados - FUNDEB (Art. 20, Lei no. 11.494/07)	12.093,27
Recursos não aplicados no exercício anterior (art. 21, § 2º, da lei 11.494/07)	15.731,77
Total	949.275,67
II - Aplicação da Educação Básica	684.645,91

III - Gastos Com Profissionais do Magistério da Educação Básica em Efetivo Exercício

Descrição	Percentual	Valor
Receita total do FUNDEB	100,00%	933.543,90
Valor legal mínimo	60,00%	560.126,34
Total aplicado	73,33%	684.645,91

Considerações: O município cumpriu o percentual mínimo de aplicação da receita do FUNDEB com a remuneração dos profissionais do magistério.

8. AVALIAÇÃO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE COM A ESPECIFICAÇÃO DOS ÍNDICES ALCANÇADOS

Receitas	Valor
1 - Receita de impostos	384.067,73
2 - Receita de transferências constitucionais e legais	9.579.157,00
(A) Total das Receitas	9.963.224,73
(B) Aplicação devida (art. 7º da LC 141/2012) 15,00 %	1.494.483,70
(C) Valor da Aplicação Percentual Aplicado: 21,43 %	2.135.119,06
(D) Diferença entre o valor aplicado e o limite constitucional: 6,43%	640.635,36

Considerações: Constatamos que o Município cumpriu o percentual mínimo nas ações e serviços públicos de saúde, conforme determina o § 1º do art. 77 do ADCT.

9. INFORMAÇÕES QUANTO À DESTINAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Constatamos que não houve alienação de bens no exercício de 2016.

10. OBSERVÂNCIA DO REPASSE MENSAL DE RECURSOS AO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO

A receita base de cálculo para repasse à Câmara Municipal no exercício de 2016 foi de R\$ 9.273.487,95, referente a arrecadação de 2015.

O valor de R\$ 649.144,16, representam 7% da referida receita base de cálculo.

Foi repassado o valor de R\$ 649.144,16.

Portanto, o Poder Executivo obedeceu ao limite de até 7% do somatório da Receita Tributária e das Transferências previstas no § 5º do artigo 153 e nos artigos 158 e 159, efetivamente realizado no exercício anterior.

11. APLICAÇÃO DE RECURSOS PÚBLICOS POR ENTIDADES DE DIREITO PRIVADO

Autorizado pela Lei Municipal nº 731 de 30 de dezembro de 2015, o Município repassou recursos públicos à seguinte entidade:

I – Corporação Musical Lira Santana no valor de R\$ 25.000,00;

Acompanhamos os repasses realizados e a execução do objeto dos convênios.

Constatamos que, apenas a Corporação Musical Lira Santana recebeu um recurso no valor de R\$ 20.400,00 do município e prestaram contas dos recursos recebidos.

12. MEDIDAS ADOTADAS PARA PROTEGER O PATRIMÔNIO PÚBLICO, EM ESPECIAL O ATIVO IMOBILIZADO

Observamos que o setor responsável pelo patrimônio municipal faz um controle periódico dos ativos imobilizado.

Em relação aos bens móveis, entre outras medidas adotadas para a proteção do patrimônio público, foi a emissão de “termo de responsabilidade patrimonial” em todos as diretorias e setores da prefeitura.

Em relação aos bens imóveis há pasta contendo cópia da certidão de registro dos imóveis pertencentes ao município.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Todos os bens constantes no inventário municipal estão cadastrados no sistema de patrimônio e é controlado por um responsável.

Tais medidas de proteção visam além de auferir se os ativos imobilizados estão em locais seguros e devidamente anotados - a conferência do saldo do inventário analítico e sua harmonia com os valores escriturados em Balanço.

13. TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO, AS RESPECTIVAS LEIS E O IMPACTO NO ORÇAMENTO

O município participa do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Jequitinhonha - CISAJE, conforme autoriza a lei municipal nº 571, de 16 de Agosto de 2006.

O valor pago ao CISAJE no exercício de 2016 totalizou o valor de R\$ 176.954,25, sendo o valor R\$ 82.205,02 a título de prestação de serviço e o valor de R\$ 94.749,23 a título de compra de serviços de transporte em Saúde.

O valor transferido ao consórcio equivale a 1,18% do orçamento municipal. O referido valor equivale também a 1,78% da receita base de cálculo das ações e serviços públicos de saúde.

14. CUMPRIMENTO, DA PARTE DOS REPRESENTANTES DOS ÓRGÃOS OU ENTIDADES DO MUNICÍPIO, DOS PRAZOS DE ENCAMINHAMENTO DE INFORMAÇÕES, POR MEIO DO SISTEMA INFORMATIZADO DE CONTAS DO MUNICÍPIOS (SICOM), NOS TERMOS DO PARÁGRAFO ÚNICO DO ART. 4º E DO CAPUT DO ART. 5º, AMBOS DA INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2011, DO TCE-MG

O controle interno acompanhou as remessas de informações por meio do Sistema Informatizado de Contas do Município (SICOM) e constatou o seguinte:

MÊS	DATA DE ENVIO	DATA DE REENVIO
JANEIRO	29/01/2016	16/02/2017
FEVEREIRO	29/02/2016	16/02/2017
MARÇO	31/03/2016	16/02/2017
ABRIL	29/04/2016	17/02/2017
MAIO	31/05/2016	17/02/2017
JUNHO	30/06/2016	17/02/2017
JULHO	29/07/2016	20/02/2017
AGOSTO	31/08/2016	21/02/2017
SETEMBRO	30/09/2016	22/09/2017
OUTUBRO	31/10/2016	22/02/2017
NOVEMBRO	30/11/2016	24/02/2017
DEZEMBRO	31/12/2016	24/02/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Considerações: Constatamos que, o município cumpriu o parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCE-MG.

15. PARECER CONCLUSIVO

O Relatório de Controle Interno foi elaborado de forma a atender o disposto no artigo 74 da Constituição Federal de 1988, artigo 59 da Lei Complementar 101 de 04 de maio de 2000, o § 3º do art. 42 da Lei Complementar Estadual nº 102, de 17 de janeiro de 2008 e o anexo 1 da Instrução Normativa nº 03/2014 do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Houve acompanhamento do cumprimento dos programas e metas estabelecidos no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, assim como quanto à observância das normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 101/2000.

Com relação à **Aplicação de Recursos no Ensino**, considerando o Demonstrativo da Aplicação de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, restou verificado, que no Exercício de 2016, foi aplicado em ensino o percentual de **25,49%** da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, atendendo ao percentual determinado pelo art. 212 da Constituição da República, assim como ao percentual determinado o pela artigo 160 da Lei Orgânica do Município.

Quanto aos gastos com saúde, **Aplicação de Recursos na área da Saúde**, considerando o Demonstrativo da Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde, indicam que no Exercício de 2016, foi aplicado um percentual de **21,43%** da receita resultante de impostos a que se refere o artigo 156 e dos recursos de tratam os artigos 158 e 159, inciso I, alínea b e §3º, todos da Constituição da República, o que atende ao mínimo estabelecido no artigo 77 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, acrescido pelo artigo 7º da Emenda Constitucional nº 29/2000. Assim, foi constatado a observância dos limites, nos moldes acima desenhados, sem, entretanto, cancelar a qualidade dos gastos.

Quanto à **análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar**, foram inscritos em “Restos a Pagar” o valor de R\$ 1.782.408,77 e o saldo das disponibilidades no valor de R\$ 1.377.735,57, assim, recomendamos ao gestor um esforço no sentido de compatibilizar a execução das despesas dentro das possibilidades financeiras do município.

Quanto à **análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa com pessoal**, o Executivo teve o gasto com pessoal durante o exercício de 2016, de R\$ 5.821.897,11 que corresponde a 48,90% das receitas correntes líquidas do município, que foram de R\$ 11.905.429,48.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

Constatamos que a despesa com pessoal está enquadrada nos limites previstos no art. 20 da Lei Complementar nº 101/2000.

Quanto aos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, constatamos que não houve alienação de bens no exercício de 2016.

Quanto ao **Repasse de Recursos ao Poder Legislativo**, constatamos que o repasse foi efetuado e está de acordo com o apurado no Sistema de informática do Município e demonstrado neste relatório.

Quanto à **Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito privado** houve acompanhamento dos repasses para Entidades de Direito Privado.

Quanto às **Medidas Adotadas para Proteger o Patrimônio Público, em especial o Ativo Imobilizado**, observamos que o setor responsável pelo patrimônio municipal, faz um controle periódico do ativo imobilizado. Entre outras medidas adotadas para a proteção do patrimônio público, foi a emissão de “termo de responsabilidade patrimonial” em todos as secretarias, realiza visitas em loco para a averiguação do correto uso dos bens e atualização do estado de conservação dos mesmos.

Com relação aos **Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em Consórcio Público**, o controle interno acompanhou os repasses efetuados durante o exercício de 2016.

Quanto à remessa dos dados através do SICOM, constatamos que o município cumpriu o parágrafo único do art. 4º e do caput do art. 5º, ambos da Instrução Normativa nº 10, de 14 de dezembro de 2011, do TCE-MG.

Ressaltamos que o controle interno acompanhou a execução orçamentária, financeira e patrimonial da administração, especialmente os atos que envolvem a preservação do equilíbrio orçamentário, a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita e a realização da despesa ou a criação e/ou a extinção de direitos e obrigações, a fidelidade funcional dos agentes da administração responsáveis por bens e valores públicos, o cumprimento do programa de trabalho, expressos em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Também foi analisada a prestação de contas do exercício e todos os dados estão em consonância com a documentação pertinente.

Ao apresentar os resultados obtidos na gestão, observamos que administração procurou conduzir a gestão para o atendimento dos interesses coletivos.

Importante ainda salientar que este controle interno está se reestruturando para avançar, efetivando acompanhamento focado também em aspectos gerenciais, de maneira a contribuir mais diretamente na condução do Município, evitando a prática descompassada dos melhores princípios.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS DO NORTE
Estado de Minas Gerais

O controle interno recomenda a alocação de esforços no sentido de modernizar a administração pública como condição básica para a melhoria dos serviços prestados à população.

Congonhas do Norte, 28 de fevereiro de 2017.

Alexsander Henrique da Silva
Responsável pelo Controle Interno

16. PRONUNCIAMENTO DO GESTOR

Confirmando haver tomado conhecimento das avaliações de cumprimento e de resultado, das conclusões contidas no relatório de controle interno emitido, bem como das contas do exercício de 2016.

Ricardo Queiroz Reis
Prefeito Municipal